

# DIREITO PENAL

---

*PARTE GERAL*

---

FERNANDO  
GALVÃO

2 0 1 7

---

9ª EDIÇÃO



Copyright © 2015, D'Plácido Editora.  
Copyright © 2015, Fernando Galvão.

**Editor Chefe**  
*Plácido Arraes*

**Produtor Editorial**  
*Tales Leon de Marco*

**Capa, projeto gráfico**  
*Tales Leon de Marco*  
*(Sobre pintura de Marília Chartune)*

**Diagramação**  
*Bárbara Rodrigues da Silva*  
*Christiane Moraes de Oliveira*  
*Leticia Robini*  
*Tales Leon de Marco*

**Editora D'Plácido**  
Av. Brasil, 1843, Savassi  
Belo Horizonte – MG  
Tel.: 31 3261 2801  
CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.  
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,  
por quaisquer meios, sem a autorização  
prévia do Grupo D'Plácido.

Catálogo na Publicação (CIP)  
Ficha catalográfica

GALVÃO, Fernando.

Direito Penal: parte geral -- 9. ed.-- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2017.

Bibliografia.

ISBN: 978-85-8425-683-9

1. Direito 2. Direito Penal I. Título II. Manual III. Fernando Galvão.

CDU343.2/7

CDD341.5

GRUPO  
D'PLÁCIDO



\*  
Rodapé



# SUMÁRIO

<b>NOTA DO AUTOR .....</b>	<b>15</b>	3.5. Justiça constitucional .....	51
<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>17</b>	<b>Capítulo 1</b>	
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>19</b>	<b>LEGITIMIDADE DA PUNIÇÃO ..57</b>	
1. Direito Penal: definição .....	19	1.1. Discurso justificador .....	62
2. Teoria discursiva do Direito .....	19	1.1.1. Teorias retributivas .....	63
2.1. Concepção tópica do raciocínio jurídico ..	21	1.1.1.1. Retribuição divina .....	65
2.2. A nova retórica .....	22	1.1.1.2. Retribuição moral .....	67
2.3. A lógica informal .....	24	1.1.1.3. Retribuição jurídica .....	68
2.4. A ação comunicativa e o discurso argumentativo .....	25	1.1.2. Teorias utilitárias .....	71
2.4.1. A racionalidade comunicativa .....	27	1.1.2.1. Prevenção especial .....	75
2.4.2. A sociedade como o mundo da vida e como sistema .....	29	1.1.2.2. Prevenção geral .....	77
2.4.3. O processo emancipatório .....	30	1.1.2.3. Correção do criminoso .....	80
2.4.4. A argumentação jurídica como um caso especial .....	32	1.1.2.4. Prevenção de penas .....	81
2.4.5. Limites do discurso jurídico .....	34	1.1.3. Teorias de Defesa .....	82
2.5. Perspectiva discursiva do Direito Penal .....	37	1.1.3.1. Defesa indireta .....	83
3. Direito Penal e seu compromisso por realizar justiça .....	38	1.1.3.2. Defesa justa .....	84
3.1. Justiça social, de Kelsen .....	40	1.1.3.3. Defesa social .....	86
3.2. Justiça formal (igualdade), de Perelman .....	42	1.1.4. Teorias unitárias .....	89
3.3. Justiça como correção, de Alexy .....	44	1.1.5. Reforma das penas .....	91
3.4. Justiça como equidade, de Rawls .....	46	1.2. Discurso deslegitimante .....	94
		1.2.1. Ideologia anarquista .....	97
		1.2.2. Perversidade do sistema repressivo .....	104
		1.2.3. Abolicionismo radical .....	108
		1.2.4. Abolicionismo moderado .....	110
		1.3. Controle da vingança privada .....	113

**Capítulo 2****MODELO CONSTITUCIONAL DE PUNIÇÃO ..... 115**

2.1. Das velocidades às dimensões do Direito Penal .....	117
2.1.1. Dimensão liberal do Direito Penal .....	120
2.1.2. Dimensão igualitária do Direito Penal .....	122
2.1.3. Dimensão democrática (solidária) do Direito Penal .....	125
2.1.3.1. Direito penal para sociedades complexas .....	129
2.1.3.2. Titularidade do jus puniendi .....	131
2.1.3.3. Dignidade da pessoa humana e vedação à violência.....	132
2.2. Princípios político-criminais do Estado Democrático .....	133
2.2.1. Princípio da humanidade .....	136
2.2.2. Princípio da reserva legal .....	139
2.2.3. Princípio da intervenção mínima e adequada .....	144
2.2.4. Princípios da fragmentariedade e subsidiariedade.....	146
2.2.5. Princípio da ofensividade .....	147
2.2.6. Princípio da culpabilidade.....	148
2.2.7. Individualização da pena .....	150

**Capítulo 3****LEI PENAL ..... 153**

3.1. Fontes do Direito Penal .....	153
3.1.1. Fontes formais.....	154
3.1.2. Fontes materiais.....	157
3.2. Eficácia temporal da lei penal .....	161
3.2.1. Tempo do crime.....	162
3.2.2. Retroatividade benéfica .....	162
3.2.3. Ultratividade benéfica .....	164
3.2.4. Sucessão de leis nos crimes continuados e permanentes.....	164
3.2.5. Aplicação de lei intermediária e combinação de leis.....	165
3.2.6. Ultratividade das leis excepcionais e temporárias.....	166
3.3. Eficácia espacial da lei penal .....	168
3.3.1. Lugar do crime .....	169

3.3.2. Princípio da territorialidade.....	170
3.3.3. Extraterritorialidade .....	172
3.4. Eficácia da lei penal quanto às pessoas .....	175
3.4.1. Imunidade diplomática .....	176
3.4.2. Imunidade parlamentar.....	177
3.4.3. Imunidade judiciária.....	180
3.4.4. Imunidade prisional .....	183
3.4.5. Imunidade penal de caráter social .....	183
3.5. Conflito aparente de leis .....	184
3.5.1. Princípio da especialidade.....	185
3.5.2. Princípio da subsidiariedade .....	187
3.5.3. Princípio da consunção .....	188
3.5.4. Princípio da alternatividade .....	190

**Capítulo 4****EVOLUÇÃO DA TEORIA DO CRIME ..... 193**

4.1. Crime como ente jurídico .....	193
4.2. Crime como ação humana .....	196
4.3. Conceito analítico do crime.....	200
4.4. Linhas básicas do trabalho analítico .....	204
4.4.1. Sistema causal-naturalista (clássico) .....	206
4.4.2. Sistema neoclássico .....	210
4.4.3. Sistema finalista.....	213
4.4.4. Sistema social .....	217
4.4.5. Sistema funcionalista .....	223
4.4.5.1. Funcionalismo moderado .....	224
4.4.5.1.1. Função de proteção ao bem jurídico .....	226
4.4.5.1.2. Conteúdo material do conceito de bem jurídico.....	227
4.4.5.1.2.1. Teorias subjetivas .....	230
4.4.5.1.2.2. Teorias objetivas.....	232
4.4.5.1.2.3. Teorias mistas.....	233
4.4.5.1.2.4. Teoria do objeto de proteção... ..	233
4.4.5.1.2.5. Teorias sociológico-funcionalistas.....	234
4.4.5.1.2.6. Teoria procedimental.....	236
4.4.5.2. Funcionalismo sistêmico (radical) .....	237
4.4.5.2.1. Função de estabilização das expectativas sociais .....	238

4.4.5.2.2. Direito Penal do cidadão e Direito Penal do Inimigo.....	239	5.6.2. Erro sobre elementos normativos do tipo.....	305
4.4.5.3. Conformação sistêmica funcional .	241	5.6.3. Erro vencível e invencível .....	307
4.4.6. Sistema significativo .....	243	5.6.4. Erro determinado por terceiro .....	308
4.4.6.1. Giro linguístico e hermenêutico ....	244	5.7. Inadequação típica.....	308
4.4.6.2. Pretensões de validade da norma penal.....	248	5.7.1. Desistência voluntária e arrependimento eficaz .....	308
4.4.6.3. Conformação sistêmica significativa ...	250	5.7.1.1. Requisitos .....	310
4.4.6.4. Influência do sistema significativo ..	254	5.7.1.2. Responsabilização pelos atos já praticados.....	313
4.4.7. Sistema adotado .....	255	5.7.2. Crime impossível .....	315
4.4.7.1. Caráter normativo .....	257	5.7.2.1. Ineficácia absoluta do meio empregado.....	317
4.4.7.2. Caráter funcional .....	258	5.7.2.2. Improriedade absoluta do objeto....	318
4.4.7.3. Perspectiva significativa e procedimental .....	260	5.7.2.3. Flagrante preparado e flagrante esperado .....	323

## Capítulo 5

### **TIPO PENAL INCRIMINADOR... 263**

5.1. Tipo e tipicidade .....	263
5.2. Funções do tipo .....	266
5.2.1. Selecionar a matéria de proibição ....	266
5.2.2. Garantir a liberdade individual.....	267
5.2.3. Motivar os membros da sociedade... ..	268
5.2.4. Definir espécies de erro relevante ....	268
5.3. Conteúdo normativo do tipo .....	269
5.4. Estrutura do tipo .....	270
5.4.1. Elementos estruturais.....	271
5.4.1.1. Núcleo do tipo.....	271
5.4.1.2. Sujeitos do crime.....	272
5.4.1.3. Objetos do crime .....	275
5.4.2. Elementos Objetivos.....	275
5.4.2.1. Meramente descritivos .....	276
5.4.2.2. Normativos .....	277
5.4.3. Elementos subjetivos.....	279
5.4.3.1. Dolo .....	280
5.4.3.2. Culpa.....	288
5.4.3.3. Preterdolo .....	298
5.5. Adequação típica.....	300
5.5.1. Direta ou imediata .....	301
5.5.2. Mediata ou por extensão .....	301
5.6. Adequação típica e erro de tipo .....	302
5.6.1. Erro essencial e erro acidental.....	304

## Capítulo 6

### **IMPUTAÇÃO OBJETIVA ..... 325**

6.1. Resultado natural e resultado jurídico... ..	326
6.2. Estrutura da imputação objetiva .....	329
6.2.1. Finalidade da conduta.....	332
6.3. Âmbito de aplicação da imputação objetiva .....	334
6.4. Causalidade e imputação objetiva .....	336
6.5. Determinação da causalidade natural... ..	338
6.5.1. Teoria da equivalência dos antecedentes .....	339
6.5.2. Teoria da causalidade adequada .....	342
6.5.3. Concausalidade.....	344
6.6. Critérios normativos de relevância .....	348
6.6.1. Princípio da adequação social.....	349
6.6.1.1. Princípio da insignificância.....	352
6.6.1.1.1. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	354
6.6.1.1.1.1. Mínima ofensividade da conduta do sujeito .....	355
6.6.1.1.1.2. Nenhuma periculosidade social da conduta .....	356
6.6.1.1.1.3. Reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento ..	358
6.6.1.1.1.4. Inexpressividade da lesão jurídica provocada .....	359

6.6.1.1.2. Insignificância e crimes complexos.....	359	7.9.1.1. Teoria diferenciadora.....	431
6.6.1.1.3. Insignificância e crime continuado .....	360	7.9.1.2. Perigo atual.....	434
6.6.1.1.4. Insignificância nos crimes tributários .....	361	7.9.1.3. Salvamento de bem juridicamente protegido.....	436
6.6.1.2. Princípio da posição de garantidor.....	364	7.9.1.4. Involuntariedade na produção do perigo.....	437
6.6.1.2.1. Da concepção naturalista à normativa de omissão.....	365	7.9.1.5. Inevitabilidade do comportamento lesivo .....	439
6.6.1.2.2. Distinção entre ação e omissão.....	368	7.9.1.6. Inexistência do dever de enfrentar o perigo .....	441
6.6.1.2.3. Omissão própria.....	369	7.9.1.7. Elemento subjetivo.....	442
6.6.1.2.4. Omissão imprópria.....	370	7.9.1.8. Estado de necessidade no Direito Civil .....	442
6.6.1.3. Princípio da tolerância social a situações de risco .....	375	7.9.2. Legítima defesa.....	443
6.6.1.3.1. Criação do risco não permitido ..	377	7.9.2.1. Agressão injusta.....	444
6.6.1.4. Exclusão da imputação ante o risco permitido .....	382	7.9.2.2. Agressão atual ou iminente.....	447
6.6.1.4.1. Consentimento do ofendido e autocolocação em perigo.....	384	7.9.2.3. Agressão a bem juridicamente protegido.....	448
6.6.1.4.2. Princípio da confiança.....	389	7.9.2.4. Reação com meios necessários .....	449
6.6.1.5. Realização do risco não permitido	395	7.9.2.5. Uso moderado dos meios.....	450
6.6.1.6. Situações particulares .....	398	7.9.2.6. Intenção de defesa.....	451
6.6.1.6.2. Cursos causais extraordinários...	400	7.9.3. Estrito cumprimento de dever legal ..	452
6.6.1.6.3. Ações perigosas de salvamento ..	400	7.9.4. Exercício regular de direito.....	456
6.6.1.6.4. Interrupções de ações de salvamento.....	402	7.9.5. Causas supralegais de exclusão da ilicitude.....	458
6.6.1.6.5. Diminuições do risco .....	406	7.9.5.1. Consentimento do ofendido.....	459
6.6.1.6.6. Aceleração do resultado.....	407	7.10. Excesso nas justificativas .....	462
6.6.1.6.7. Aparição tardia do resultado.....	408	7.11. Discriminantes putativas .....	465

## Capítulo 7

### **ILICITUDE E CAUSAS DE JUSTIFICAÇÃO.....411**

7.1. Ilícitude da conduta punível.....	411
7.2. Ilícitude e injusto.....	413
7.3. Ilícitude formal e material.....	413
7.4. Relação tipo-ilícitude .....	416
7.5. Valoração do Injusto.....	419
7.6. Fundamento da justificação .....	422
7.7. Tipos permissivos .....	424
7.8. Elemento subjetivo.....	424
7.9. Causas de justificação.....	428
7.9.1. Estado de necessidade .....	430

## Capítulo 8

### **CULPABILIDADE ..... 471**

8.1. Conceito.....	471
8.2. Evolução da teoria .....	473
8.2.1. Concepção psicológica.....	473
8.2.2. Concepção psicológico-normativa...	475
8.2.3. Concepção normativa .....	477
8.2.4. Concepção funcional.....	478
8.3. Critério de reprovação: exigibilidade de conduta diversa.....	481
8.4. Reprovação conforme a racionalidade prática (cognitiva-instrumental).....	485
8.4.1. Poder-de-agir-de-outro-modo.....	486
8.5. Reprovação jurídica em ambiente de interação social complexa.....	487

8.6. Culpabilidade .....	490	9.3. Requisitos.....	559
8.7. Tipo de culpabilidade .....	494	9.4. Comunicabilidade de elementares típicas .....	562
8.8. Culpa referida à finalidade comunicativa.....	495	9.4.1. Circunstâncias e condições de caráter pessoal.....	563
8.8.1. Metodologia.....	500	9.4.2. Elementares do crime.....	565
8.8.2. Finalidade e crimes dolosos.....	501	9.4.3. Elementares objetivas .....	567
8.8.3. Finalidade e crimes culposos.....	502	9.4.4. Conhecimento pelos demais concorrentes.....	568
8.9. Exculpação .....	506	9.4.5. Síntese das regras da comunicabilidade.....	569
8.9.1. Inexigibilidade por incapacidade psíquica: inimputabilidade .....	506	9.5. Autoria e participação.....	570
8.9.1.1. Reconhecimento da incapacidade... ..	510	9.5.1. Identificação do autor.....	571
8.9.1.2. Doença mental.....	511	9.5.2. Formas de autoria .....	576
8.9.1.3. Desenvolvimento mental incompleto ou retardado.....	514	9.5.2.1. Autoria direta ou imediata .....	576
8.9.1.4. Perturbação da saúde mental.....	515	9.5.2.2. Autoria indireta ou mediata .....	577
8.9.1.5. Psicopatia ou sociopatia .....	516	9.5.2.3. Autoria mediata no Código Penal brasileiro .....	580
8.9.1.6. Embriaguez completa e teoria da actio libera in causa .....	517	9.5.2.4. Formas de autoria mediata .....	580
8.9.1.7. Embriaguez incompleta.....	523	9.5.2.5. Autoria mediata nos crimes próprios e de mão própria.....	584
8.9.1.8. Menoridade do sujeito .....	525	9.5.2.6. Autoria mediata em crime culposo ...	585
8.9.1.9. Consequências da inimputabilidade.....	527	9.5.2.7. Autoria mediata em crime omissivo .....	586
8.9.1.10. Semi-imputabilidade .....	530	9.5.3. Coautoria .....	587
8.9.2. Inexigibilidade por incompreensão da ilicitude do fato.....	531	9.5.3.1. Coautoria sucessiva.....	588
8.9.2.1. Erro de proibição.....	532	9.5.3.2. Coautoria nos crimes próprios e de mão própria.....	591
8.9.2.2. Espécies de erro .....	533	9.5.3.3. Coautoria em crime culposo.....	592
8.9.2.3. Evitabilidade do erro .....	537	9.5.3.4. Coautoria em crime omissivo.....	594
8.9.2.4. Desconhecimento da lei.....	541	9.5.3.5. Coautoria com pessoa jurídica .....	595
8.9.2.5. Elemento subjetivo no erro .....	545	9.5.4. Autoria colateral.....	598
8.9.3. Inexigibilidade na colisão de deveres.....	546	9.5.5. Participação criminosa .....	598
8.9.4. Inexigibilidade por coação irresistível .....	548	9.5.5.1. Fundamento da punição .....	599
8.9.5. Inexigibilidade por obediência à ordem de superior hierárquico.....	550	9.5.5.2. Acessoriedade da participação.....	601
8.9.6. Inexigibilidade por estado de necessidade.....	553	9.5.6. Formas de participação .....	604
		9.5.6.1. Cumplicidade .....	605
		9.5.6.2. Determinação.....	606
		9.5.6.3. Instigação .....	607
		9.5.6.4. Participação de menor importância.....	607
		9.5.7. Participação em crimes próprios e de mão própria.....	608
		9.5.8. Participação em crime culposo .....	609
<b>Capítulo 9</b>			
<b>CONCURSO DE PESSOAS..... 555</b>			
9.1. Pluralidade de pessoas no fato punível.....	555		
9.2. Teorias para a incriminação.....	556		

9.5.9. Participação em crime omissivo .....	610	10.3. Multa .....	692
9.6. Intervenção impunível.....	611	10.3.1. Destinação da multa .....	693
9.7. Cooperação dolosamente distinta.....	612	10.3.2. Execução da pena de multa .....	696
9.8. Concurso de pessoas no contexto societário.....	617		

## Capítulo 10

### **PENAS EM ESPÉCIE .....621**

10.1. Penas privativas de liberdade.....	621	11.1. Conceito e natureza jurídica.....	699
10.1.1. Regimes prisionais .....	624	11.2. Condições da ação.....	703
10.1.1.1. Regime fechado .....	627	11.2.1. Possibilidade jurídica do pedido.....	704
10.1.1.2. Regime semiaberto .....	627	11.2.2. Legitimidade da parte .....	706
10.1.1.3. Regime aberto.....	629	11.2.3. Interesse de agir.....	707
10.1.1.4. Regime especial .....	632	11.2.4. Justa causa.....	709
10.1.1.5. Regime nas contravenções penais.....	633	11.3. Classificação das ações penais.....	710
10.1.1.6. Regime disciplinar diferenciado ..	635	11.3.1. Quanto à tutela jurisdicional invocada .....	710
10.1.1.7. Progressão de regime.....	639	11.3.2. Quanto à titularidade do exercício...	711
10.1.2. Direitos do preso.....	646	11.4. A ação penal no crime complexo .....	714
10.1.3. Remição pelo trabalho ou pelo estudo .....	648	11.5. Irretratibilidade da representação....	715
10.1.4. Detração.....	654	11.6. Renúncia expressa ou tácita ao direito de queixa .....	716
10.1.5. Livramento condicional.....	658	11.7. Ação penal na aplicação imediate de pena .....	717
10.1.5.1. Requisitos .....	659		
10.1.5.2. Soma das penas .....	665		
10.1.5.3. Período de prova .....	665		
10.1.5.4. Especificação das condições.....	666		
10.1.5.5. Cerimônia do livramento condicional.....	667		
10.1.5.6. Revogação do livramento.....	667		
10.1.5.7. Efeitos da revogação.....	669		
10.1.5.8. Execução provisória da sentença....	672		
10.2. Penas restritivas de direitos.....	672		
10.2.1. Prestação pecuniária.....	675		
10.2.2. Prestação de outra natureza .....	679		
10.2.3. Perda de bens e valores.....	680		
10.2.4. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas .....	681		
10.2.5. Interdição temporária de direitos ...	684		
10.2.6. Limitação de fim de semana .....	690		
10.2.7. Comparecimento a determinados lugares em dias de jogos esportivos ..	691		

## Capítulo 11

### **AÇÃO PENAL .....699**

11.1. Conceito e natureza jurídica.....	699
11.2. Condições da ação.....	703
11.2.1. Possibilidade jurídica do pedido.....	704
11.2.2. Legitimidade da parte .....	706
11.2.3. Interesse de agir.....	707
11.2.4. Justa causa.....	709
11.3. Classificação das ações penais.....	710
11.3.1. Quanto à tutela jurisdicional invocada .....	710
11.3.2. Quanto à titularidade do exercício...	711
11.4. A ação penal no crime complexo .....	714
11.5. Irretratibilidade da representação....	715
11.6. Renúncia expressa ou tácita ao direito de queixa .....	716
11.7. Ação penal na aplicação imediate de pena .....	717

## Capítulo 12

### **INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA.. 719**

12.1. Pena privativa de liberdade.....	720
12.1.1. Medida da culpabilidade.....	723
12.1.2. Circunstâncias judiciais .....	730
12.1.3. Circunstâncias atenuantes e agravantes .....	733
12.1.4. Concurso de atenuantes e agravantes .....	736
12.1.5. Causas de diminuição e de aumento.....	740
12.1.6. Concurso de causas de diminuição e/ou aumento .....	741
12.1.6.1. Métodos para a incidência das causas.....	743
12.1.7. Definição do regime inicial.....	746
12.1.8. Limite para a execução das penas..	750
12.1.9. Concurso de penas.....	754
12.2. Pena de multa .....	755
12.2.1. Sistema de dias-multa.....	756
12.2.2. Valor da multa.....	757



12.2.3. Vinculação ao salário mínimo .....	760	12.4.6.5. Defesa na retomada da persecução e segurança jurídica ...	811
12.2.4. Correção monetária .....	761	12.4.6.6. Coerência do sistema repressivo...	812
12.2.5. Multa substitutiva .....	762	12.4.6.7. Solução legal.....	814
12.2.6. Conversão em privativa de liberdade.....	767	<b>Capítulo 13</b>	
12.3. Restritiva de direitos .....	769	<b>CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS. 817</b>	
12.3.1. Requisitos para a substituição .....	770	13.1. Culpabilidade.....	819
12.3.2. Substituição de pena igual ou superior a um ano.....	773	13.2. Antecedentes .....	822
12.3.3. Substituição em condenação por crime hediondo ou por tráfico de drogas.....	774	13.3. Conduta social .....	825
12.3.4. Substituição depois de iniciada a execução da privação da liberdade.....	775	13.4. Personalidade.....	826
12.3.5. Duração da pena.....	779	13.5. Motivos.....	828
12.3.6. Conversão em privativa de liberdade.....	781	13.6. Circunstâncias do crime .....	830
12.3.6.1. Causas gerais.....	782	13.7. Consequências do crime.....	831
12.3.6.2. Causas específicas.....	786	13.8. Comportamento da vítima .....	832
12.3.6.3. Saldo de trinta dias de privação da liberdade.....	788	<b>Capítulo 14</b>	
12.4. Aplicação imediata de pena .....	789	<b>CIRCUNSTÂNCIAS LEGAIS AGRAVANTES..... 835</b>	
12.4.1. Infrações de menor potencial ofensivo.....	791	14.1. Reincidência.....	837
12.4.2. Impossibilidade de aplicação .....	792	14.2. Motivo fútil ou torpe.....	840
12.4.3. Legitimidade para a proposta .....	794	14.3. Finalidade de facilitar ou assegurar a execução, ocultação, impunidade ou vantagem de outro crime.....	843
12.4.4. Especificação da pena .....	796	14.4. Traição, emboscada, dissimulação ou outros recursos que dificultem ou tornem impossível a defesa do ofendido.....	845
12.4.5. Apreciação do juiz e redução da pena de multa .....	799	14.5. Emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou que possa resultar perigo comum.....	846
12.4.6. Descumprimento da transação penal e a súmula vinculante nº 35 do STF.....	800	14.6. Vítima ascendente, descendente, irmão ou cônjuge .....	848
12.4.6.1. Transação e devido processo legal .....	802	14.7. Abuso de autoridade, relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade e violência contra a mulher.....	849
12.4.6.1.1. Devido processo legal consensual .....	804	14.8. Abuso de poder e violações dos deveres inerentes a cargo, ofício, ministério ou profissão.....	852
12.4.6.1.2. Necessidade de rever antigas lições processuais.....	805	14.9. Vítima criança, maior de 60 anos, enfermo ou mulher grávida.....	854
12.4.6.2. Lastro probatório para acusar .....	807	14.10. Vítima sob imediata proteção da autoridade .....	857
12.4.6.3. Natureza condenatória da decisão que homologa a transação penal .....	809		
12.4.6.4. Inexistência de período de prova ..	810		

14.11. Incêndio, naufrágio, inundação e outras calamidades públicas e desgraça particular do ofendido .....	858
14.12. Embriaguez preordenada .....	859
14.13. Concurso de pessoas .....	864

## Capítulo 15

### **CIRCUNSTÂNCIAS LEGAIS ATENUANTES ..... 869**

15.1. Menoridade ou senilidade do condenado .....	871
15.2. Desconhecimento da lei .....	873
15.3. Motivo de relevante valor social ou moral .....	873
15.4. Tentativa de evitar ou minorar as consequências do crime e reparação do dano .....	876
15.5. Coação resistível e cumprimento de ordem de autoridade superior .....	878
15.6. Influência de violenta emoção .....	880
15.7. Confissão de autoria .....	882
15.8. Influência de multidão em tumulto .....	883
15.9. Atenuante inominada .....	884

## Capítulo 16

### **CAUSAS DE DIMINUIÇÃO ..... 887**

16.1. Tentativa .....	887
16.1.1. Possibilidade da tentativa .....	889
16.1.2. Início da execução .....	893
16.1.3. Término da tentativa .....	896
16.1.4. Tentativa nos crimes omissivos .....	899
16.1.5. Redução de pena .....	903
16.2. Arrependimento posterior .....	904
16.3. Erro de proibição evitável .....	906
16.4. Exigibilidade de sacrifício no fato necessário .....	907
16.5. Semi-imputabilidade .....	909
16.6. Embriaguez incompleta .....	911
16.7. Participação de menor importância .....	915
16.8. Causas de diminuição previstas na parte especial .....	918

## Capítulo 17

### **CAUSAS DE AUMENTO ..... 923**

17.1. Previsibilidade do resultado mais grave .....	924
17.2. Situação econômica do condenado e pena de multa .....	926
17.3. Concurso formal .....	927
17.4. Crime continuado .....	931
17.5. <i>Aberratio ictus</i> .....	935
17.6. <i>Aberratio delicti</i> .....	939
17.7. Causas de aumento previstas na parte especial .....	942

## Capítulo 18

### **EFEITOS DA CONDENAÇÃO .. 945**

18.1. Efeitos genéricos .....	947
18.1.1. Reparação civil <i>ex delicto</i> .....	948
18.1.2. Confisco .....	949
18.1.3. Suspensão dos direitos políticos .....	955
18.1.4. Suspensão do exercício do poder familiar .....	960
18.2. Efeitos específicos .....	963
18.2.1. Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo .....	964
18.2.1.1. Perda do cargo de militares .....	969
18.2.2. Incapacidade para o exercício da tutela ou curatela .....	973
18.2.3. Inabilitação para dirigir veículo .....	975
18.3. Impossibilidade de administrar sociedade civil simples .....	977
18.4. Reabilitação .....	978
18.4.1. Requisitos .....	980
18.4.2. Efeitos .....	984
18.4.3. Reexame necessário .....	987
18.4.4. Revogação .....	987

## Capítulo 19

### **MEDIDAS DE SEGURANÇA .. 989**

19.1. Requisitos .....	993
19.2. Espécies .....	993
19.2.1. Internação hospitalar .....	994
19.2.2. Tratamento ambulatorial .....	996
19.3. Substituição da pena por medida de segurança .....	997

19.4. Duração.....	999	21.6.4. Prazo decadencial .....	1035
19.5. Cessação da periculosidade .....	1001	21.6.5. Titularidade do direito potestativo ...	1038
19.6. Aplicação imediata de medida de segurança.....	1001	21.7. Perempção .....	1038
19.7. Impossibilidade de aplicação .....	1004	21.8. Renúncia ao direito de queixa.....	1040

## Capítulo 20

### SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA ..... 1007

20.1. Conceito e natureza jurídica.....	1007	21.11.1. Natureza jurídica.....	1046
20.2. Requisitos .....	1009	21.11.2. Efeitos .....	1048
20.3. Espécies .....	1010	21.11.3. Requisitos .....	1049
20.4. Audiência admonitória .....	1011	21.11.4. Perdão nos crimes de trânsito ....	1050
20.5. Condições sursitárias .....	1012	21.11.5. Perdão em decorrência de colaboração .....	1052
20.6. Período de prova .....	1013	21.12. Outras causas extintivas da responsabilidade.....	1056
20.7. Revogação .....	1013	21.12.1. Cumprimento do período de prova do sursis.....	1056
20.8. Efeitos da revogação.....	1014	21.12.2. Reparação dos danos no peculato culposos.....	1057
20.9. Prorrogação automática do período de prova.....	1015	21.12.3. Pagamento de tributos e contribuições previdenciárias devidas .....	1057
20.10. Cumprimento das condições .....	1016	21.12.4. Cumprimento do prazo da suspensão condicional do processo..	1059
		21.12.5. Cumprimento do livramento condicional.....	1060

## Capítulo 21

### EXTINÇÃO DA RESPONSABILIDADE ..... 1017

21.1. Noções gerais.....	1017		
21.1.1. Questão prejudicial de mérito .....	1019		
21.1.2. Alcance das causas extintivas da responsabilidade.....	1019		
21.1.3. Condições objetivas de responsabilidade.....	1021		
21.1.4. Escusas absolutórias ou imunidades penais .....	1023		
21.2. Morte do sujeito.....	1025		
21.3. Anistia, graça e indulto .....	1026		
21.3.1. Anistia .....	1026		
21.3.2. Graça .....	1029		
21.3.3. Indulto.....	1029		
21.4. <i>Abolitio criminis</i> .....	1030		
21.5. Prescrição.....	1031		
21.6. Decadência.....	1031		
21.6.1. Natureza jurídica.....	1031		
21.6.2. Direito de representação.....	1032		
21.6.3. Direito de queixa.....	1034		

## Capítulo 22

### EXTINÇÃO DA RESPONSABILIDADE PELA PRESCRIÇÃO ..... 1063

22.1. Natureza jurídica.....	1064
22.2. Fundamento.....	1065
22.3. Crimes imprescritíveis .....	1068
22.4. Espécies .....	1070
22.5. Efeitos .....	1071
22.6. Prazos prescricionais.....	1072
22.6.1. Aumento do prazo pela reincidência .....	1074
22.6.2. Diminuição do prazo em face da idade do criminoso .....	1074
22.6.3. Concorrência de causas que alteram o prazo prescricional.....	1075
22.7. Contagem do prazo.....	1076
22.8. Termo inicial .....	1077

22.9. Causas suspensivas.....	1085	23.4.7. Crime permanente .....	1136
22.10. Causas interruptivas.....	1093	23.4.8. Crime progressivo e progressão criminosa .....	1137
22.11. Prescrição intercorrente ou superveniente .....	1103	23.4.9. Aplicação prática.....	1138
22.12. Prescrição retroativa .....	1104	23.5. Quanto ao resultado naturalístico...	1138
22.13. Prescrição pela pena em perspectiva...	1107	23.5.1. Crime de dano.....	1139
22.14. Prescrição das penas restritivas de direito .....	1110	23.5.2. Crime de perigo concreto .....	1140
22.15. Prescrição da multa.....	1111	23.5.3. Crime de perigo abstrato .....	1141
22.16. Prescrição no concurso de crimes....	1113	23.5.4. Crime de bagatela.....	1142
22.17. Prescrição nos casos de detração....	1114	23.5.5. Aplicação prática.....	1143

## Capítulo 23

### **INTRODUÇÃO AO ESTUDO DOS CRIMES EM ESPÉCIE ..... 1117**

Classificação doutrinária.....	1117	23.6. Quanto ao concurso de pessoas.....	1144
23.1. Quanto à gravidade objetiva do crime .....	1119	23.6.1. Crime de concurso facultativo.....	1144
23.1.1. Crime de pequeno potencial ofensivo.....	1119	23.6.2. Crime de concurso necessário.....	1145
23.1.2. Crime de maior potencial ofensivo.....	1120	23.6.3. Aplicação prática.....	1145
23.1.3. Aplicação prática.....	1121	23.7. Quanto à concepção do tipo .....	1146
23.2. Quanto ao sujeito ativo.....	1122	23.7.1. Tipo simples e tipo derivado (qualificado, privilegiado e complexo).....	1146
23.2.1. Crime comum.....	1122	23.7.2. Tipo fechado e tipo aberto .....	1148
23.2.2. Crime próprio.....	1122	23.7.3. Tipo congruente e tipo incongruente.....	1150
23.2.3. Aplicação prática.....	1123	23.7.4. Aplicação prática.....	1152
23.3. Quanto à forma de execução .....	1123	23.8. Quanto à especialidade da justiça que o julga.....	1152
23.3.1. Crime comissivo .....	1123	23.8.1. Crime comum.....	1155
23.3.2. Crime omissivo próprio .....	1123	23.8.2. Crime especial.....	1156
23.3.3. Crime omissivo impróprio .....	1124	23.8.2.1. Crimes militares .....	1156
23.3.4. Crime unissubsistente .....	1125	23.8.2.1.1. Crimes propriamente militares e crimes impropriamente militares.....	1158
23.3.5. Crime plurissubsistente .....	1126	23.8.2.1.2. Crimes militares em tempo de paz e crimes militares em tempo de guerra .....	1162
23.3.6. Crime de mão própria .....	1126	23.8.2.1.3. Impossibilidade constitucional de caracterização do crime militar.....	1163
23.3.7. Aplicação prática.....	1127	23.8.2.1.4. Crimes entre militares estaduais e federais .....	1165
23.4. Quanto ao momento consumativo..	1128	23.8.2.1.5. Tutela da hierarquia e da disciplina.....	1167
23.4.1. Crime material .....	1128	<b>23.8.3. Aplicação prática.....</b>	<b>1168</b>
23.4.2. Crime formal .....	1130		
23.4.3. Crime de mera conduta.....	1131		
23.4.4. Crime de ação múltipla ou conteúdo variado .....	1132		
23.4.5. Crime habitual .....	1134		
23.4.6. Crime instantâneo .....	1135		

### **ÍNDICE ALFABÉTICO ..... 1169**

### **REFERÊNCIAS..... 1179**